

# **“MINHA COMADRE. QUERO QUE MINHA AFILHADA SE CHAME LUCIANA”: A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA LUCIANA DE ABREU E A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA POR MEIO DA EDUCAÇÃO**

**“MY BEDPAN. I WANT MY GODDAUGHTER TO BE CALLED LUCIANA”: THE TRAJECTORY OF PROFESSOR LUCIANA DE ABREU AND THE STRUGGLE FOR FEMALE EMANCIPATION THROUGH EDUCATION**

**Maíra Ines Vendrame<sup>1</sup>**

Endereço Profissional: Av. Unisinos, 950. Bairro Cristo Rei,  
Cep. 93.022-750  
São Leopoldo - RS, Brasil  
Email: [mairavendrame@gmail.com](mailto:mairavendrame@gmail.com)

**Paulo Roberto Staudt Moreira<sup>2</sup>**

Endereço Profissional: Av. Unisinos, 950. Bairro Cristo Rei,  
Cep. 93.022-750  
São Leopoldo - RS, Brasil  
Email: [moreirast@terra.com.br](mailto:moreirast@terra.com.br)

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Doutora em História pela PUCRS, com estágio de doutorado na Università degli Studi di Genova (2013). Estágio pós-doutoral como bolsista PNPd/Capes no PPGH da Universidade Federal de Santa Maria (2013-2015). Vencedora da 4ª Edição do prêmio Vanni Blengino, Itália, 2015 (premição internacional AREIA). Recebeu em 2015 o prêmio ANPUH-RS de teses, que resultou na publicação pela Coleção Anpuhrs do livro intitulado "O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos".

<sup>2</sup> Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Doutor em História pela UFRGS (2001) e pós-doutoramento na UFF. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 (2010/Atual). Coordena (junto da prof. dra. Miriam Vieira) do Grupo de Pesquisa SIBITXI: Gênero, Justiça e Saúde em contextos africanos e latino-americanos. Atual Coordenador do Comitê de Ciências Humanas e Sociais da FAPERGS. Coordenou o PPGH-Unisinos de 2010 a 2014. Membro da Comissão de Avaliação Quadrienal de PPGHs - CAPES (2013/2016). Presidiu a ANPUH/RS (2016/2018).

**Resumo** Os objetivos do presente trabalho são entender, através de uma experiência individual, como as mulheres foram se inserindo em espaços masculinos, bem como de que modo conseguiram contornar os controles e restrições de gênero. A pesquisa ora apresentada investiga a trajetória da professora Luciana Maria de Abreu, nome de rua da cidade de Porto Alegre, enjeitada na roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia local e referência do feminismo oitocentista provincial. Nosso objetivo é perceber a maneira como determinadas mulheres serão tratadas nos espaços públicos urbanos, como se posicionam, suas estratégias, experiências sociais e inserções nos mundos do trabalho oitocentista, sem deixar de levar em conta os pertencimentos étnico-raciais e as localizações em redes sócio-familiares.

**Palavras-chave:** Educação; trajetórias femininas; Luciana de Abreu.

**Abstract:** The objectives of the present work are to understand, through an individual experience, how women were inserted in male spaces, as well as how they managed to circumvent gender controls and restrictions. The research presented here investigates the trajectory of Professor Luciana Maria de Abreu, street name of the city of Porto Alegre, found in the circle of exposed people of the Santa Casa de Misericórdia, place and reference of the 19th century feminism in the province. Our goal is to understand how certain women will be treated in urban public spaces, how they position themselves, their strategies, social experiences and insertions in the worlds of nineteenth-century work, while taking into account ethnic-racial belongings and locations in social networks -family.

**Keywords:** Education; female trajectories; Luciana de Abreu.

## Introdução

O presente artigo toma como ponto de partida um processo-crime em que nossa personagem principal aparece como uma das testemunhas de um incidente ocorrido no centro da capital, Porto Alegre, na década de 70 do século XIX. Através da utilização de fontes documentais de origens diversas, buscamos reconstruir as experiências sociais e a trajetória de Luciana de Abreu, órfã e exposta, que se tornou professora pública e defendeu o direito ao ensino e profissionalização das mulheres na sociedade oitocentista. Tomar percursos individuais como fio condutor de pesquisa permite romper com homogeneidades aparentes, apreender as tensões e incoerências entre as normas sociais e a maneira pelo qual mulheres e homens faziam suas escolhas, se articulavam, conformavam e alteraram as relações de poder<sup>3</sup>. Pensar as ações e significados, especialmente das mulheres, seja no espaço privado da casa, na família, ou ainda na esfera pública, permite pensar sobre sua agência e jogo frente às normas sociais e controles de

---

<sup>3</sup> LORIGA, Sabina. "A biografia como problema". REVES, Jacques (orgs.). *Jogos de Escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 225-250.

gênero<sup>4</sup> assentados sobre relações de poder. Partindo dessas considerações, não apenas as decisões individuais e a trajetória de Luciana de Abreu interessam, mas também é preciso construir as redes familiares e de amizade, bem como o peso delas no sucesso ou não das escolhas da jovem professora. Nesse sentido, na sequência, buscamos reconstruir atentamente, através de uma análise “micro”,<sup>5</sup> tudo o que conseguimos levantar sobre o percurso e significados das escolhas de Luciana de Abreu.

Em 2 de maio de 1874 o bonde nº 12 vinha do Caminho Novo (que naquela época já tinha passado a se chamar Voluntários da Pátria) para o Mercado, quando seus condutores avistaram um *preto* que caminhava nos trilhos. Eles deram o sinal, mas o *preto* não se afastou o suficiente, sendo atropelado. A vítima era o liberto africano Fortunato, de 70 anos de idade. O condutor disse que, indo para a Estação Mercado Público (inaugurado anos antes, em 1869), “antes de chegar a serraria de Antônio da Rocha, presenciara estar o boleiro fazendo sinal por meio de apito, porém parou para receber uma passageira (Dona Luciana), e continuou na mesma marcha vagarosa até atropelar o preto”.<sup>6</sup>

Aquele bonde puxado por mulas, pertencente à Companhia Carris, empresa de transporte coletivo que a menos de dois anos havia se instalado em Porto Alegre, era dirigido pelo condutor Enéas Augusto de Oliveira Furtado, nascido na mesma cidade, casado, com 30 anos de idade, alfabetizado e morador no Passo da Areia. Ele era auxiliado pelo boleiro português Bernardino de Almeida Gomes, que dizia também ser marítimo, casado e ter 26 anos de idade. O condutor Enéas inseriu em sua narrativa daquele trágico acontecimento o nome de uma passageira, personagem coadjuvante naquela história. Ele nomeou-a apenas pelo prenome – *Luciana* -, mas acrescentou uma insígnia de prestígio – *Dona*. Talvez o uso apenas do prenome denote alguma intimidade, devia conhecê-la de outras oportunidades, talvez passageira habitual. O nome completo daquela *dona* era Luciana Maria de Abreu, então com 27 anos, professora pública, casada e nascida na

---

<sup>4</sup> Gênero é uma categoria analítica, que explicita o quanto a diferença sexual era constitutiva de relações, bem como de uma relação primária de poder (SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, nº 2, jul./dez. 1990, p. 71-99). O conceito considera a “institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas” (OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado, o público e o privado. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008, p. 305-322, p. 306).

<sup>5</sup> A análise microanalítica prevê a investigação completa e minuciosa de tudo o que ocorre ao redor de um indivíduo, grupo ou qualquer outro objeto, é uma perspectiva metodológica que toma o pequeno, ações, experiências, situações, como ponto de partida para levantar questões que não são visíveis em outra escala de análise (LEVI, Giovanni. “30 anos depois: repensando a Micro-história”. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). *Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: OIKOS; Editora Unisinos, 2016).

<sup>6</sup> APERS – Sumário Júri, Porto Alegre, Processo 1309, Autor: a justiça, réus: Enéas Augusto de Oliveira Furtado & Bernardino de Almeida Gomes.

mesma cidade em que testemunhara o atropelamento daquele africano pelo bonde. A professora Luciana afirmou que o bonde se movimentava na sua velocidade “de ordinário” (o que evidencia tratar-se de passageira habitual), não atribuindo responsabilidade ao condutor e ao boleiro. Na sessão de 12.02.1875, os réus não apareceram para depor, sendo considerados culpados pela morte, mas sem “intenção alguma criminosa”, sendo o acontecimento atribuído a “imprudência”. No julgamento de 12.04.1875 os réus foram absolvidos por unanimidade dos votos do júri.<sup>7</sup>

Ao denominar aquela involuntária testemunha como *Dona Luciana*, o condutor do bonde nº 12 da Carris visibilizava um traço importante da presença feminina em espaços e transportes públicos, naquela sociedade escravista oitocentista, em função provavelmente da sua profissão docente. A passageira que fora convocada para testemunhar não era qualquer mulher, o que pode ser percebido na maneira como foi mencionada. Dona Luciana desfrutava de certo prestígio e reconhecimento na sociedade porto-alegrense, o que influenciou que a mesma fosse ouvida como testemunha. A maneira como determinadas mulheres serão tratadas nos espaços públicos urbanos, indica para o modo como sua presença era percebida e também para as diferentes experiências sociais femininas, considerando as plurais inserções nos mundos do trabalho oitocentista, os pertencimentos étnico-raciais, as localizações em redes sócio-familiares, etc.

Interrogar os momentos em que as mulheres se tornam visíveis nas fontes documentais é um caminho para questionar discursos hegemônicos e patriarcais, bem como as concepções daquelas pessoas que produziram os próprios documentos. Para a esfera jurídica, as falas femininas não possuíam legitimidade, aparecendo, portanto, como testemunhas informantes, devendo suas afirmações receber corroboração das declarações masculinas. No entanto, dependendo da maneira como determinada mulher era vista na sociedade, levando em conta a sua condição social, raça, identidade e grupo ao qual pertencia, as possibilidades de obter certo reconhecimento público variavam em intensidade e forma.

---

<sup>7</sup> Talvez o atropelamento não tenha sido causado pelos réus por sua imperícia, descuido ou propositalmente. Cogitamos que este africano tenha sido alforriado em 23 de junho de 1870, *gratuitamente*, por João Francisco de Souza Pinto. O documento informava que Fortunato recebera a *concessão* daquela liberdade aos 60 anos de idade, “em atenção aos serviços que por longos anos prestou” à mãe do senhor, Bernardina Eufrásia de Miranda. João Francisco herdou o velho Fortunato, sobrevivente da terrível diáspora transatlântica, no inventário de sua mãe, quando esse ser humano foi avaliado em apenas 50 mil réis. Os peritos o precificaram tão baixo por estar Fortunato idoso e *quase cego*, deficiência que possivelmente motivou o seu atropelamento pelo bonde da Carris. (APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 20 de Registros Diversos, folha 205v).

De acordo com María Jesús Fuente<sup>8</sup>, “durante siglos la presencia de las mujeres en los espacios públicos se ha considerado inapropiada”. O que atualmente se considera um privilégio, como a liberdade, em outros momentos históricos “se consideraba la esclavitud de la necesidad”. Nesse sentido, ocorreram mudanças de percepções em relação ao que é ou não apropriado para as mulheres, como “la salida del espacio doméstico y el logro de derechos considerados como públicos, ha sido consecuencia de un proceso de trabajo, de lucha, de convencimiento que ha durado siglos, y al que se han hecho contribuciones desde diversos campos”.<sup>9</sup> O século XIX é o momento em que as distinções entre as esferas pública e privada foram fortemente demarcadas através de uma divisão entre os papéis que homens e mulheres deveriam assumir. Apesar disso, se faz necessário também perceber que para além dos discursos, na prática, as mulheres vão construir aceitação, legitimidade e se farão ouvir na esfera pública.<sup>10</sup> A palavra feminina irá encontrar espaço em locais onde até então apenas as vozes masculinas eram reconhecidas e ouvidas. Se a profissão de professora garantia a constituição de certo prestígio, como pode ter sido o caso de Dona Luciana, é certo que a circulação por espaços públicos e o envolvimento com as realidades essencialmente masculinas, deixaram também as mesmas expostas a ofensas e ataques. Entender, através de experiências particulares, como as mulheres foram se inserindo em espaços masculinos e contornaram controles e restrições de gênero, bem como conseguiram conquistar certo reconhecimento, subvertendo proibições e papéis, são alguns dos objetivos do presente texto.

### **Na Roda dos Expostos: uma menina branca**

João Luís Gomes de Abreu e Luciana Maria da Silva casaram na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, às 7 horas da noite de 1867, em presença das testemunhas Antônio Carneiro da Fontoura e Francisco Fernandes da Silva. O noivo era um “modesto funcionário público [...] A noiva era filha de pais incógnitos”.<sup>11</sup> O noivo de Luciana já estava em suas segundas núpcias e era filho legítimo do falecido Firmino Luiz Gomes de Abreu e de Maria Leopoldina de Abreu Jardim. Os noivos eram naturais de Porto Alegre e

---

<sup>8</sup> FUENTE, María Jesús. Cruzando el umbral. Mujeres en el proceso de paso del espacio privado al público. In: HUGUET, Montserrat; MARÍN, Carmen González (orgs.). *Género y Espacio Público*. Nueve Ensayos. Madrid, Editorial Dykinson, 2008, p. 81.

<sup>9</sup> Ibid, p. 81. Evidentemente, não podemos considerar como *naturais* as diferenças entre os domínios da vida doméstica (pessoal) e da vida não-doméstica (pública), o que é ainda mais evidente se considerarmos as experiências femininas no contexto oitocentista.

<sup>10</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 34.

<sup>11</sup> AHCMPA - Habilitação de casamento, ano: 1867, nº 132, caixa, 265.

moradores na paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em cuja igreja matriz casaram.

A indicação de que Luciana era *filha de pais incógnitos* remetia a uma situação de abandono que ela, quando recém-nascida, passou, sendo deixada na Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.<sup>12</sup> A Roda consistia em “um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo central e em uma de suas extremidades havia uma abertura pela qual a criança era introduzida. Ao girar a roda, o conteúdo adentrava o prédio”.<sup>13</sup> Nem sempre aqueles que abandonavam desejavam perder o contato com os enjeitados, talvez planejando reencontrá-los posteriormente, quando tivessem melhores condições para reinseri-los como membros das famílias.<sup>14</sup> Anotações realizadas nos livros de matrícula da Roda dos Expostos apontam indícios sobre as histórias de abandono, vestígios do afeto das famílias que abandonavam os recém-nascidos.

Nas anotações sobre as circunstâncias do abandono de Luciana, constatamos que quem a depositou na Roda dos Expostos procurou fazê-lo em um momento de pouco movimento de pessoas nas ruas de Porto Alegre, procurando o anonimato. A enjeitada foi deixada na Roda às 06h30min da manhã da madrugada de 2 de julho de 1847, auge do inverno sulino.<sup>15</sup> Ela foi descrita como *branca* e recém-nascida, e trazia consigo um pequeno enxoval, cujas peças indicam que ela foi gestada em um lar humilde e que quem a abandonou procurou dotá-la de certo conforto naqueles perigosos e frágeis primeiros dias de vida.<sup>16</sup> Junto com a pequena, foram depositados na roda uma camisa de pano, uma mantilha de um pedaço de saia velha de baetilha da mesma cor, um cinto de um lenço

---

<sup>12</sup> A Roda dos Expostos de Porto Alegre foi fundada em 1838, durante a guerra civil farroupilha. Antes desse período, a exposição ou abandono tinha um caráter familiar, sendo as crianças depositadas na frente dos domicílios. (SILVA, Jonathan Fachini da. “Quando os Anjos batem em sua porta”: Exposição e mortalidade de crianças na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). Dissertação (Mestrado em História) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010; \_\_\_\_\_. *A Assistência e a Exposição de Crianças na Formação de um Território* (Rio Grande de São Pedro, Séculos XVIII E XIX). Tese (Doutorado em História) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019).

<sup>13</sup> GERTZE, Jurema Mazuhy. *Infância em Perigo. A Assistência às Crianças Abandonadas em Porto Alegre – 1837-1880*. Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, PUC/RS, 1990, p. 25.

<sup>14</sup> FREITAS, Denize Terezinha Leal. *Para além do matrimônio. Formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

<sup>15</sup> O prédio da Santa Casa fica na parte alta da cidade, exposto aos ventos que vem do lago Guaíba, os quais afastavam os “infectos miasmas”, sendo, portanto, sendo as perspectivas da época com relação à saúde, local ideal para o tratamento de inúmeros tipos de doenças. Ver: OLIVEIRA, Daniel. *Morte e Vida Feminina. Mulheres pobres, condições de Saúde e medicina da mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012; \_\_\_\_\_. “Os Facultativos dão Obrigados a Declarar [...] Cor, [...] Moléstia”: Mortalidade, atuação médica e pensamento racial em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

<sup>16</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas. Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII a XIX*. São Paulo: Papyrus, 1999; MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *História Social da infância no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006, p. 53-79.

branco, com aureola roxa, um timão de chita de duas qualidades e um de baeta encarnada, um lenço de aureola encarnada na cabeça e uma touca de lã roxa, com forro azul.<sup>17</sup> O bebê recém-nascido e o enxoval traziam junto um bilhete dos protagonistas daquele abandono, que dizia: “Minha comadre. Quero que minha afilhada se chame Luciana Maria da Silva”.

O bilhete que acompanhava Luciana, quando ela foi introduzida na vida de enjeitada, nos traz indícios do início de sua existência. Trata-se de uma breve escrita endereçada por uma mulher a outra, no qual a remetente declara um parentesco simbólico (*comadrio*) a ser criado em um ritual católico futuro, quando a pequena abandonada recebesse os santos óleos do batismo. Existem várias possibilidades de análise, mas nos inclinamos a pensar que o bilhete foi escrito não pela mãe biológica de Luciana, mas por sua madrinha. Sendo ela recém-nascida, provavelmente essa madrinha tenha sido a própria parteira que a trouxe ao mundo e que tenha por suas próprias mãos ou por intermédio de terceiros, colocado a menina na roda. Era prática comum (e continua sendo em muitos lugares, principalmente rurais) ocorrer um primeiro batismo em casa, realizado pela própria parteira, como garantia de que o recém-nascido não morresse pagão.<sup>18</sup> O bilhete estabelece uma comunicação entre as duas madrinhas, aquela que provavelmente conduziu o batismo em casa, e a que posteriormente seria escolhida e que conduziria a recém-nascida até a pia batismal. A emissária apela à solidariedade feminina (e católica) de outra mulher, com a qual estabelecia uma cumplicidade que envolvia cuidar juntas daquela exposta. O pedaço de papel estabelecia um vínculo entre essas mulheres, que seria consagrado pelo ato de nomeação.<sup>19</sup> Ele também parece basear-se na perspectiva da força do amadrinhamento, já que atribui à madrinha o poder de escolher ou aceitar o nome da sua afilhada.<sup>20</sup> Note-se que o nome sugerido é completo, sugerindo tratar-se de um vestígio genealógico que acompanharia aquela menina em sua trajetória de vida, identificando-a. Impossível tratar-se de um nome escolhido fortuitamente, podendo bem ser que Maria fosse o nome da madrinha-parteira e que Silva tivesse relação com a família da qual aquele

---

<sup>17</sup> CHC-SCMPA – Livros de Expostos Lançados na Roda, vol. 2 (nº 255); Livro da Matrícula Geral dos Expostos, vol. 2 (nº 377).

<sup>18</sup> As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia mandavam que os párocos instruissem as parteiras a como proceder o santo Sacramento do batismo (VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo, Editora da USP, 2010, p. 143 e 151).

<sup>19</sup> Sobre práticas de nomeação, ver: HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação*. Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História Social) – Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente*. Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015; VENDRAME, Maíra Ines. *O poder na Aldeia*. Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Editora OIKOS; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

<sup>20</sup> WITTER, Nikelen. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. In: WEBER, Beatriz T., RIBEIRO, José Iran. *Nova História de Santa Maria*. Contribuições recentes. Santa Maria: Gráfica Editora Pallotti, 2010, p. 267-286.

rebento descendia.

Chama-se também atenção para o quanto eficiente podiam se mostrar algumas redes femininas e familiares, no sentido de garantir certa acolhida às abandonadas e abandonados na Roda dos Expostos. Existe, portanto, indícios que apontam para a existência de trocas de favores, acordos e estratégias estabelecidas e acionadas entre aqueles que abandonavam e os que acolhiam. Se faz necessário olhar para as famílias que acolhiam os abandonados, buscando, assim, problematizar suas intenções, demandas e características particulares de cada unidade familiar. Porém, a eficiência ou não dos planos e articulações dependiam de diversos fatores, sendo um deles a sobrevivência das crianças deixas na roda.

Passados cinco meses do abandono de Luciana, no final do ano de 1847, ela foi batizada na capela do Senhor dos Passos ou da Roda, localizada no interior da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Teve como padrinho Gaspar Pereira Vianna e madrinha Dona Clara Soares de Paiva. Na anotação do batismo ela é citada como Luciana Maria da Conceição, “exposta na roda da Caridade” e, à margem do registro, o capelão João Inácio de Melo escreveu o nome completo da batizanda e o comentário de que ela era *branca*.<sup>21</sup>

O fato de ela ter sido batizada como Conceição e não Silva, contrariando o pedido de quem a enjeitou, pode ter sido um descuido do capelão, um pedido dos padrinhos ou mesmo uma implicância daquela autoridade eclesiástica com o ato pecaminoso que gerou aquela exposição. Na sua habilitação matrimonial ela aparece com o nome recomendado no bilhete com que foi abandonada na roda, de Luciana Maria da Silva, mas aparentemente o capelão dos Passos ou os seus padrinhos preferiram batizá-la com um sobrenome de natureza católica, o qual não *pegou* no cotidiano, sendo alterado conforme a preferência original, feita por sua mãe ou parteira.

O padrinho de batismo de Luciana, Gaspar, era português, nascido na vila de Viana, filho legítimo de José Monteiro e de Apolônia Luiza Pereira de Castro (moradores no Arrabalde da Portela). Nascido em 26 do mês de janeiro de 1811 e batizado na Freguesia de N. Sra. de Monserrate em 2 de fevereiro do mesmo ano, tendo como padrinhos Gaspar da Graça Correia e Bernarda Maria (tia do batizado). O português Gaspar casou em 25 de maio de 1835, “pelas sete horas da tarde”, com Angélica Amândia da Silva, então com 16 anos de idade, natural desta cidade, filha legítima de Amândio Antônio de Farias e Justina Joaquina de Jesus. Segundo afirmaram as testemunhas da habilitação matrimonial, Gaspar saiu de Portugal com a idade de 12 para 13 anos, indo primeiro para o Rio de

---

<sup>21</sup>AHCMPA - Livro de Batismos da Capela do Senhor dos Passos, folha 24v.

Janeiro e de lá para Porto Alegre, onde estava de 7 para 8 anos, sempre trabalhando como caixeiro.<sup>22</sup>

Como testemunhas do seu casamento, o português Gaspar, servindo-se de suas relações no comércio, escolheu dois indivíduos do alto escalão provincial -, os meios-irmãos Antero José de Brito e Israel Soares de Paiva.<sup>23</sup> Os pais de ambos possuíam conexões com pessoas de prestígio social e econômico no Rio Grande do Sul.<sup>24</sup> Em relação ao casório de Gaspar Pereira Viana, é possível notar uma *coincidência* entre o sobrenome da testemunha e o da madrinha que o acompanhou no batismo de Luciana, em 1847. Clara Soares de Paiva, que conduziu Luciana até a pia batismal, era sobrinha de Israel Soares de Paiva, filha de seu irmão Antônio Soares de Paiva Filho e Clara Joaquina de Castro Antiqueira. O Comendador Antônio Soares de Paiva Filho foi negociante e coronel da Guarda Nacional e desposou a filha do *abastado estancieiro* de Piratini, Domingos de Castro Antiqueira.<sup>25</sup> Durante a guerra civil farroupilha, começada no mesmo ano do casamento de Gaspar, Antônio Soares Paiva Filho atuou como coronel comandante da guarnição de São José do Norte (1839, 1840, 1841).<sup>26</sup> Ou seja, Gaspar Pereira Viana era um integrante das redes sociais dessa importante família oitocentista, certamente em posição subalterna, mas gozando de algum tipo de proteção. Através dele, a exposta Luciana também deve ter adquirido algum amparo, uma vez que passou a fazer parte das redes protetivas e de parentesco espiritual. Como percebemos, o caixeiro e guarda-livros Gaspar, mesmo ocupando posição subalterna nesses importantes circuitos políticos e mercantis, acumulara um certo prestígio social, que fez com que ele fosse procurado para apadrinhamentos diversos.

A madrinha de Luciana Maria da Conceição, Dona Clara Soares de Paiva, aparece apenas nesta vez amadrinhando uma exposta, mas o português Gaspar Pereira Viana é encontrado em outras três oportunidades nesta posição. Em 19 de julho de 1843 ele apadrinhou a exposta Maria José, que foi colocada na roda dois dias antes, trazendo um bilhete que dizia o seu nome e a idade. Em 19 de julho de 1848, ele apadrinhou Ledovina,

---

<sup>22</sup>AHCMPA - Habilitação de casamento, ano: 1835, nº 26, caixa 221; Livro de Casamentos nº 4 da Paróquia de N. Sra. da Madre de Deus de Porto Alegre, folha 221v.

<sup>23</sup> Envolveu-se em várias atividades, como charqueadas, importação de escravizados, usura, contrabando. Ele morreu em Porto Alegre, em 21 de março de 1859, de um carbúnculo maligno, descrito como branco, com 65 anos de idade, natural desta província, viúvo, proprietário e comendador. CHC-SCMPA – Livro de Óbitos de Livres nº 4 (1858/1861).

<sup>24</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade. A administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. Tese (Doutorado em História Social) – Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011, p. 170.

<sup>25</sup> VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte. Uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p. 196.

<sup>26</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RS. *Os Segredos do Jarau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009; ARQUIVO HISTÓRICO DO RS. *Uma República contra o Império*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

abandonada na roda às 20h30m de 28 de abril daquele mesmo ano e que veio acompanhada de um bilhete que rogava ao mordomo da Santa Casa que convidasse para padrinho Gaspar e este escolhesse a madrinha. Finalmente, em 10 de junho de 1849, o padrinho de Luciana levou até a pia batismal Amélia, depositada na roda da Caridade com apenas 4 dias de idade, trazendo enxoval e uma recomendação manuscrita que Gaspar e sua esposa batizassem a criança enjeitada.<sup>27</sup>

Desde o momento em que a recém-nascida Luciana foi deixada na Roda dos Expostos até o seu batizado, se passaram cinco meses, período suficiente para encontrar um casal de padrinhos que poderia lhe fornecer auxílio em algum momento da vida. Além de fundar um “parentesco espiritual”, o ritual do batismo era um instrumento fundamental para reforçar laços sociais entre indivíduos e famílias, implicando também relações de ajuda recíproca, respeito e obrigações que poderiam se encontrar presentes em diferentes atividades e fases da vida dos afilhados e padrinhos.<sup>28</sup>

Encontramos o português Gaspar Pereira Viana, padrinho de Luciana, em dois documentos judiciais, em um deles como réu e em outro como vítima, ambos do ano anterior ao seu casamento, em 1834. Nos dois casos ele é identificado como português e “Caixeiro de Escrita” da casa de negócios de seu *amo*, Francisco de Lemos Pinto.<sup>29</sup> No primeiro caso, Gaspar agarrou pelo pescoço e agrediu com bofetadas e socos um praticante do correio da província. Os dois casos são relacionados e decorrerem de brigas constituídas por insultos verbais e físicos trocados entre trabalhadores urbanos (alfaiates, caixeiros, baixos estratos do funcionalismo provincial), onde certamente estavam envolvidas questões como orgulho profissional, xenofobias, prestígio social e masculinidade, tudo numa escala cotidiana.<sup>30</sup> Na sessão do júri de um dos processos, realizada em 14 de agosto

---

<sup>27</sup>CHC-SCMPA – Livros de Expostos Lançados na Roda, volumes 1 e 3; Livro da Matrícula Geral dos Expostos – Vol. 2 (números 196, 298/421 e 349/472). Das quatro crianças enjeitadas apadrinhadas por Gaspar, apenas Luciana e Maria tem a cor explicitada – branca -, mas as outras duas (Ledovina e Amélia) não tem qualquer menção étnico-racial. Mostrando a considerável mortalidade infantil do período, principalmente daquelas expostas na roda da Caridade, apenas Luciana *vingou*, chegando até a idade adulta, as demais não sobreviveram ao primeiro ano de exposição. Todas as quatro foram acompanhadas de pequenos enxovais. Aos poucos as rodas dos expostos passaram a receber muitas críticas e passaram a ser gradualmente fechadas. A última Roda a ser fechada no Brasil foi a de São Paulo, em 1951. Em Porto Alegre, a desativação da Roda dos Expostos, em 1940, coincidiu com a inauguração de uma maternidade que possuía um setor específico destinado a receber crianças abandonadas.

<sup>28</sup> ALFANI, Guido. *Padri, padrini, patroni*. La parentela spirituale nella storia. Venezia: Marsilio Editori, 2006.

<sup>29</sup> APERS – Juízo de Paz do 2º distrito de Porto Alegre, processo nº 448, maço 17, 1834. Justificante: Cesarino dos Santos Guterres, Justificado: Gaspar Pereira Viana; APERS – Júri Sumários, Porto Alegre, Juízo de Paz do distrito de N. Sra. do Rosário de Porto Alegre, processo nº 416, maço 16, 1834. Réu: José Pereira da Mota, Vítima: Gaspar Pereira Viana.

<sup>30</sup> Sobre violência e masculinidade, ver: BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1999; CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004; CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História da virilidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 (Volume 2: O triunfo da virilidade: o século XIX); MAUCH, Cláudia. *Masculinidade e violência na construção da autoridade de*

de 1834, o acusador, ao apresentar o seu libelo, enfatiza ser Gaspar estrangeiro, talvez procurando atrair a antipatia antilusitana do júri, naquele período tão próximo da independência: “que o réu devendo ser temente a Deus e obediente as Leis deste Império, para gozar dos direitos de Gentes, como Estrangeiro, que é, o que não praticou, e pelo contrário. [...] que o réu abusando de todos estes deveres, e sem mais atenção alguma, acometeu ao Autor em uma das Ruas mais públicas desta Cidade, só com o fim de o enxovalhar, molestar e injuriar”.

Logo, o acusador insiste em lembrar que ele era português e quiçá o fato dele batizar alguns expostos tenha a ver com uma tentativa em solidificar os seus laços na comunidade local, mostrando suas preocupações com a caridade e a benevolência e, portanto, com o país que o acolheu. Comparecer a pia batismal, acolher expostos, certamente eram escolhas que garantiam o reforço das redes, bem como maior integração e visibilidade dos imigrantes na sociedade de instalação. É possível também que, por conta das atividades profissionais, bem como devido às relações estabelecidas com outros portugueses, Gaspar fosse acionado para socorrer portugueses e outros conhecidos quando do surgimento de fatos que afetassem a honra individual e familiar, como o nascimento de filhos de jovens solteiras ou de ilegítimos, algo que deveria ser escondido e silenciado. O acionamento das redes de apoio para evitar prejuízos à reputação pública das famílias e das mulheres mais abastadas ou de conterrâneos, com as quais mantinha relações próximas, é algo que pode ter ocorrido após o nascimento de Luciana. Gaspar Pereira Viana, diferentemente de muitos de seus conterrâneos lusitanos, não voltou para Portugal, morrendo em Porto Alegre em 19.11.1872, de hepatite crônica, aos 56 anos de idade, naturalizado brasileiro.<sup>31</sup> Infelizmente, a anotação de sua morte não traz indicações da sua profissão, mas supomos que ele tenha continuado no ramo dos negócios, constituindo negócio próprio ou mantendo-se empregado com algum patrício português.

Talvez Gaspar fosse o guarda-livros que Walter Spalding<sup>32</sup> diz ter acolhido Luciana, e que ele e a família acompanharam a afilhada, protegendo-a e aconselhando.<sup>33</sup> A função dos padrinhos era assistir os afilhados, possibilitando que esses tivessem uma boa colocação na sociedade. De acordo com os registros da roda da Caridade, Luciana foi entregue para a criadeira Justina Cândida da Silva, moradora próximo da Santa Casa, na

---

policiais no início do século XX no sul do Brasil. Seminário *A Polícia em perspectiva histórica: Argentina e Brasil*. Buenos Aires: 2008. Retirado de: <<http://www.crimenysociedad.com.ar/wp-content/uploads/2008/06/mauch.doc>>.

<sup>31</sup> CHC-SCMPA – Livro de Óbitos de Livres nº 10 (1872/1873).

<sup>32</sup> SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. II Vol. Porto Alegre: Sulina, 1969, p. 149.

<sup>33</sup> Sobre Luciana de Abreu, ver também: HESSEL, Lothar et alli. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama; Instituto Estadual do Livro, 1976, p. 116.

Praça do Portão, em 12 de julho de 1847, dia seguinte ao seu abandono. A criadeira abrigou e cuidou da amamentação da enjeitada. Como as outras três expostas apadrinhadas por Gaspar Pereira Viana faleceram antes de completar um ano, entendemos que o papel de Justina foi fundamental na primeira vitória da vida de Luciana, sobreviver ao abandono e à elevada mortalidade infantil do período. Assim, com sorte e afeto, ela sobreviveu e completou 8 anos de idade em 11 de julho de 1855, quando um último registro nos livros da roda indica que continuava em poder de Justina.<sup>34</sup> O primeiro Regimento Interno dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre foi feito em 1842 e estipulava que as crianças seriam entregues para as criadeiras, que ficariam com elas até os 7 ou 8 anos, quando retornariam para a instituição. No entanto, elas poderiam, como foi o caso de Luciana, optar por ficar com as crianças após esta idade, mas não teriam mais direito a qualquer auxílio financeiro. De acordo com Maria Luiza Marcílio “a criança deveria ficar o mínimo de tempo possível na Casa dos expostos”.<sup>35</sup> Infelizmente, não temos muitas informações sobre a criadeira Justina, mas encontramos o seu possível registro de óbito em 29 de agosto de 1867, descrita como *branca*, com 81 anos de idade, nascida nesta cidade de Porto Alegre, falecida de gastroenterite. Ela teria, então, quando da exposição de Luciana de Abreu, cerca de 40 anos de idade, podendo ter delegado a amamentação à filha de criação a uma mulher escravizada. Justina foi enterrada na sepultura 672 do cemitério da Santa Casa, “quadra dos contribuintes”, indicando, assim, que não era uma mulher destituída de posses, mas integrante de um setor social intermediário.<sup>36</sup>

Os historiadores e cronistas que trataram da vida da professora Luciana Maria de Abreu invisibilizaram a *criadeira* Justina Cândida da Silva. Quando da habilitação matrimonial de Luciana, ela foi identificada apenas como “Silva”, sobrenome que havia sido deixado junto com a enjeitada quando abandonada na Roda dos Expostos, porém, que também pertencia à criadeira Justina. Disso surge o questionamento, teria a criadeira vínculo consanguíneo ou parentesco ritual com sua protegida (filha ou afilhada) Luciana? Se isso for verdade, por que encaminhar a menina para a roda e depois acolhê-la? Mesmo invisibilizada no registro de batismo, difícil acreditar que Justina não estivesse lá presente, segurando a criança que se responsabilizara a cuidar e proteger. Luciana se casou no mesmo ano da morte da criadeira, sendo, portanto, possível que tenha vivido como ela por longo período, talvez até a fase da vida adulta. O enjeitamento de Luciana pode ter a ver

---

<sup>34</sup> CHC-SCMPA - 1º Livro, Volume nº 02, de Matrícula Geral de Exposto da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, f. 107.

<sup>35</sup> MARCILIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 144.

<sup>36</sup> CHC-SCMPA – Livro de Óbitos de Livres nº 7 (1866/1869), registro 11932.

com sua mãe Justina conseguir obter com isso uma renda como criadeira, uma estratégia popular bem sucedida. Claro que essa possibilidade, de Justina ser mãe de Luciana, é apenas uma plausível hipótese.

Luciana de Abreu não conheceu o seu sogro Firmino Luiz Gomes de Abreu, que deve ter morrido em 1843, quando a viúva Maria Leopoldina abriu o seu inventário *post-mortem*. Ele foi Almojarife do Arsenal de Guerra, localizado em Porto Alegre, e seus bens naquele ano estavam sequestrados pela Fazenda Nacional.<sup>37</sup> Somente 16 anos depois, em 1843, o inventário é retomado sob pressão da justiça, estando a viúva casada em segundas núpcias com Lourenço Lopes Jardim, a qual alega estar fora da cidade e “com sua saúde sensivelmente alterada”.<sup>38</sup> São então listados 4 bens imóveis: uma chácara no Passo da Areia (5 contos de réis), uma casa na rua do Arroio (3:200), um terreno com telheiro na rua da Igreja (3:000) e uma casa na rua do Arvoredo (560\$). Os bens apontam uma mistura de hábitos rurais e urbanos, com uma carretilha, uma carroça, tábuas de pinho, enxadas, machados, foices, pás de ferro e um piano em bom estado. O destaque do patrimônio era uma escravaria de bom tamanho, com 15 escravizados, com apenas 3 mulheres (duas crioulas e uma cabinda) e 12 homens (3 de nação e um Moçambique). Tratava-se de uma escravaria madura, composta por apenas 2 crianças (um menino de 8 e outro de 3 anos), 7 entre 14 e 35 anos e 6 com mais de 40 anos. O monte-mor atingiu 31:069\$540 réis, com a viúva recebendo 15:117\$100 réis e cada um dos três filhos 5:039\$033 réis, dentre eles o marido de Luciana.

O padrinho de batismo Gaspar Pereira Viana, apontado como guarda-livros da casa comercial de Porto & Irmãos, acolheu Luciana “como filha” em sua casa, sendo ali

---

<sup>37</sup> Nesse arrolamento de bens é apontado um pequeno rebanho (22 bois mansos, 40 reses de criar, dois cavalos mansos, 1 cavalo parselheiro, 20 cavalos, mula mansa, 3 machos xucros, 20 éguas xucras) e três escravizados: José (de nação, roceiro, 40 anos – 550\$), Antônio (de nação, pedreiro, 40 anos – 650\$) e Antônio (pardo, preso na cadeira, campeiro, 20 anos – 600\$). APERS – 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, inventariado: Firmino Luiz Gomes de Abreu, inventariante: Antônio Carneiro da Fontoura (está riscado o nome de Maria Leopoldina de Abreu), 1843. O inventariante foi também testemunha do casamento de Luciana, demonstrando um contato já antigo com a família. Ele nasceu em 1827 em Porto Alegre e era casado com Maria das Dores de Abreu, irmã do marido de Luciana. Na lista de qualificação eleitoral de 1865, Antônio Carneiro da Fontoura aparece como negociante, 37 anos de idade, casado. Na mesma lista consta o irmão de Antônio, Ernesto Carneiro da Fontoura, também negociante, com 28 anos, casado. Em 26 de novembro de 1866, Antônio Carneiro da Fontoura pagou 800 mil réis pela alforria do crioulo Antônio, escravizado de João Fiel da Silva, com a condição de substituí-lo no Exército. O irmão de Antônio, o então Tenente Coronel da Guarda Nacional Ernesto Carneiro da Fontoura, integrou a comissão liberal abolicionista do 1º distrito de Porto Alegre no auge do movimento abolicionista em meados da década de 1880 (AHRs – Fundo Eleições - Lista dos cidadãos qualificados na Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, 30 de Janeiro de 1865; Lista Geral dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Porto Alegre no ano de 1880).

<sup>38</sup>A sogra de Luciana de Abreu morreu somente em 20.02.1874, descrita como branca, 67 anos de idade, já viúva de Lourenço Lopes Jardim, de caquexia (CHC-SCMPA – Livro de Óbitos de Livres nº 11, registro 16612).

“tratada e educada até seu casamento”, segundo informou Caldre e Fião<sup>39</sup> na biografia que escreveu sobre ela em 1874. Também ressalta que desde cedo a menina demonstrou aptidão para o estudo, descrita como possuidora de um “precoce desenvolvimento”, que fez com que a casa de seu padrinho fosse sempre concorrida de pessoas, que vinham escutar os “discursos e poesias” recitados pela afilhada. Luciana foi encaminhada pelo padrinho Gaspar para a aula nacional do distrito, onde teve como professora D. Miguelina Ferrugem, que a assumiu como sua “discípula”. Após a aposentadoria daquela, os estudos primários da jovem foram concluídos sob a direção de D. Henriqueta Andrade<sup>40</sup>, com exame final realizado em dezembro de 1859. O próprio Caldre e Fião, ocupando a função de “inspetor geral da instrução pública”, afirma ter apreciado a conclusão da etapa na formação escolar de Luciana de Abreu, que continuou na escola “na qualidade de ajudante a pedido da professora” durante o período de dois anos. A jovem “professora” é descrita como alguém apaixonada pela leitura, e seu “pai adotivo”, o padrinho Gaspar, como alguém que facilitava o acesso da mesma às leituras, obtendo, por meio dos seus amigos, livros que tratavam de diferentes assuntos. Lia romances e almejava também escrever um, motivo pelo qual foi apelidada de “a romancista” por algumas companheiras.<sup>41</sup> É preciso, portanto, chamar atenção para a influência que algumas mulheres, como as professoras mencionadas acima, tiveram na formação escolar da jovem Luciana. Certamente, elas se tornaram referência e exemplo a ser seguido pela aluna que tanto interesse demonstrava pelo mundo dos livros e da leitura.

Depois de casada, já mãe de uma menina, Luciana de Abreu, em 1869, matriculase na Escola Normal<sup>42</sup>, obtendo o diploma de professora em 1872. Durante o curso se

---

<sup>39</sup> José Antônio do Valle Caldre e Fião durante alguns anos de 1840 viveu no Rio de Janeiro, tendo na corte se formado em medicina. Na capital imperial escreveu para periódicos que apoiavam a “luta abolicionista”. Ao retornar para Porto Alegre, o médico e literato já era alguém bastante conhecido por suas ideias. Foi duas vezes deputado na Assembleia Provincial pelo Partido Liberal e, em 1850, a deputado geral pela Província de São Pedro, porém na condição de suplente (TEIXEIRA, Múcio. *Os Gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921, p. 105; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, p. 312; REMEDI, José Martinho Rodrigues. *Palavras de Honra*. Um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião. Tese (Doutorado em História) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.

<sup>40</sup> Trata-se, provavelmente, de Henriqueta Propícia de Andrade, que em 1859 era responsável por uma aula de meninas no 2º distrito de Porto Alegre, com nomeação vitalícia, recebendo de vencimento total o ordenado (certamente anual) de 800 mil réis e 200 mil de gratificação, estando a 10 anos e 2 meses em serviço (“Mapa do Pessoal da Instrução Pública, de um e outro sexo, com a declaração da natureza do provimento, vencimentos que tem os professores e tempo de exercício”, de 30 de setembro de 1859 - AHR - Relatório do Presidente da Província Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão à Assembleia Legislativa Provincial na 2.ª sessão da 8.ª legislatura em 5 de novembro de 1859).

<sup>41</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Valle. Luciana T. de Abreu. *Revista do Parthenon Litterario*. Porto Alegre, nº 5, 1874, p. 72-73.

<sup>42</sup> A Escola Normal da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, voltada para a formação de docentes, foi criada pelo Ato de 5 de abril de 1868, sendo efetivamente instalada no ano seguinte, em 1º de maio (DILL, Aidê Campello. A

destacou sempre nos primeiros lugares das disciplinas, porém, após a conclusão do mesmo, não foi aprovada para assumir “cadeira pública da Rua Voluntários da Pátria”. Apesar do “triunfo incontestado no concurso” de Luciana, “a inveja” e “a inimizade dos favorecedores da sua contendora”, somado a “injustiça”, reduziram a jovem professora “ao simples papel de adjunta da 2<sup>o</sup> aula do 1<sup>o</sup> distrito”. Posteriormente, em maio de 1873, foi promovida para a “2<sup>o</sup> cadeira pública do 3<sup>o</sup> distrito da capital”, assumindo a nova nomeação no mesmo mês, “já com 25 alunas matriculadas”.<sup>43</sup> Além de tudo o que foi apresentado, Caldre e Fião ressalta ser grande a “fama de professora inteligente e dedicada que lhe aureola a frente”, que “não favorecida da fortuna” e “mesmo sem família, subiu os degraus do saber e da honra, pelo trabalho no estudo”, por “reverências aos bons costumes” e “respeito a moralidade pública”.

Apesar de ter sido mencionado o nome de algumas professoras na formação inicial de Luciana de Abreu, o seu biógrafo pouco fala da influência das mulheres na formação e escolhas da jovem. É destacado o papel do padrinho, o português Gaspar Pereira Viana, na educação daquela, e não da madrinha e criadeira, com quem viveu por determinado período. A dedicação de Luciana às letras, o seu apoio à educação das mulheres, ao feminismo e o abolicionismo, foram atribuídos em parte aos homens com os quais ela conviveu.

É necessário destacar que o relativo sucesso na trajetória profissional da jovem ligado ao fato de ter tido apoio, proteção e visibilidade, uma vez que havia sido acolhida por uma família que dispunha de certo reconhecimento social em Porto Alegre. É certo que as professoras com quem a ela conviveu, cresceu e se formou tiveram papel importante nas escolhas tomadas por ela. Além disso, como vimos, a família em que foi acolhida, bem como a do marido, não pertencia às camadas populares, pelo contrário, eram bem posicionados socialmente. O cunhado e o marido haviam assumidos cargos públicos, sendo o último apontado por Caldre e Fião como “empregado público municipal”.<sup>44</sup>

Não se pode desconsiderar, portanto, a influência que pessoas próximas de

---

*Criança sob Inspiração Positivista no Rio Grande do Sul (1898-1928)*. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1999; SILVA, Raquel Padilha da. A Instrução no Império e no Rio Grande do Sul. *Biblos*, Rio Grande, 19: 83-94, 2006, p. 83-94; MOREIRA, Paulo. *Os Cativos e os Homens de Bem*. Experiências Negras no Espaço urbano. Porto Alegre: Edições EST, 2003; DIAS, Carlos. *Mulheres em Cena. As trajetórias de Ana Aurora e Malvina no limiar do século XX*. Curitiba: Editora Primas, 2016; LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Anti prendas*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1987, p. 445.

<sup>43</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Valle. Luciana T. de Abreu. *Revista do Parthenonn Litterario*. Porto Alegre, nº 5, 1874, p. 73-74.

<sup>44</sup> *Ibid*, 1874, p. 73. Não encontramos registro no funcionalismo provincial de João Luiz Gomes de Abreu, mas um irmão dele estava presente naquela burocracia. Firmino Luiz Gomes de Abreu foi Estacionário de 1<sup>a</sup> classe da Repartição Telegráfica Provincial (1870/1872), nomeado por Portaria de 21.10.1870, provisão de 09.05.1871 e provisão de 08.05.1872 (2<sup>a</sup> classe) (AHRs – Fazenda, Códices F-228 a F-230).

Luciana, sejam elas mulheres ou homens, tiveram em sua escolha profissional e reconhecimento público. Para entender a visibilidade e legitimidade que recebeu, é preciso também levar em conta que a órfã, classificada como branca numa sociedade escravista, foi acolhida numa família que não era pobre e nem destituída de proeminência e redes relacionais. O sucesso das iniciativas, bem como a disponibilidade de maiores vantagens e recursos materiais e imateriais, deve ser entendido levando em conta alguns condicionantes, como os aspectos que marcam a configuração social ao qual Luciana pertencia. Cada experiência individual analisada precisa ser pensada de modo indissociável do contexto e espaço social particular em que ela se desenvolve, pois é nele que adquirem significados próprios na combinação com recursos, lembranças, expectativas, símbolos e possibilidades.<sup>45</sup>

A exaltação da trajetória de Luciana de Abreu por parte de indivíduos que dispunham de certa visibilidade e prestígio social é um aspecto que se fez presente na sociedade porto-alegrense da década de 60 e 70 do século XIX, especialmente escritores como Aquiles Porto Alegre e João Antônio do Vale Caldre e Fião. O cronista Aquiles Porto Alegre<sup>46</sup> relata que encontrou inúmeras vezes a jovem “com os livros na mão, a caminho da Escola Normal, onde estudava”. Foi ali, acompanhada das professoras Miguelina Ferrugem e depois com *Henriqueta de Andrade*, que, segundo Walter Spalding<sup>47</sup>, *Luciana aprendeu as primeiras letras, tornando-se depois professora provincial*.

### **“Um belo tipo de mulher rio-grandense”: D. Luciana de Abreu**

No início dos anos 70 do século XIX, a professora Luciana de Abreu passou a participar das atividades da *Sociedade Parthenon Litterario*<sup>48</sup>, fundada em Porto Alegre, logo após ter sido admitida como sócia. O *Parthenon* tinha como projeto principal promover a “marcha civilizadora” da sociedade rio-grandense, motivo pelo qual passaram a defender a educação feminina. Apesar de compartilharem tais ideias, existiam opiniões

---

<sup>45</sup> GRIBAUDI, Maurizio. “Percorsi individuali ed evoluzione storica: quattro percorsi operati attraverso la Francia dell’ottocento”. *Quaderni Storici*, Nuova Serie. V. 36, n. 106, v. 1, 2001, p. 115-151.

<sup>46</sup> PORTO ALEGRE, Achylles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994, p. 143.

<sup>47</sup> SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. II Vol. Porto Alegre: Sulina, 1969, p. 149.

<sup>48</sup> A *Sociedade Parthenon Litterario* foi fundada no ano de 1868, permanecendo em atividade até 1885. O grupo dos sócios era bastante heterogêneo, sendo composto por professores, funcionários públicos, caixeiros, mulheres e negros. Tinha como objetivo “civilizar” e promover o esclarecimento da população do Rio Grande do Sul, através de uma pedagogia “que via na imitação de modelos (vivos ou mortos) uma fonte de desenvolvimento social”. Criaram uma biblioteca, um museu, organizaram uma revista mensal da sociedade e promoverem atividades de ensino, como aulas noturnas, peças teatrais e saraus. (BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre História e Literatura*. A formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009).

divergentes entre os sócios em relação à maneira como esse processo deveria ocorrer, bem como projetos e interesses individuais se confundiam ou se sobrepunham àqueles da agremiação da qual faziam parte. O espaço da sociedade se constituía como um local de disputas de influência, prestígio social e busca por legitimidade de uma diversidade de assuntos externos, que ali eram discutidos e defendidos por alguns dos membros.

O tema da educação da mulher e do progresso da sociedade era algo que passava a ser discutido nas páginas da *Revista do Parthenon Litterario*. Nesse sentido, as ideias defendidas eram que mães “bem-educadas teriam mais condições de ensinar os filhos do Brasil, inculcar-lhes valores essenciais para o crescimento do país” e auxiliar na formação dos futuros políticos. Compartilhavam, assim, do pensamento de que o futuro da pátria dependia da instrução das mulheres, pois essas iriam fornecer uma boa educação para os filhos. Por conta disso, a biografia de personalidades femininas, escritoras rio-grandenses consideradas virtuosas, passou a ser apresentada nas páginas da Revista como um modo de educar as gerações futuras - as moças e mães de família - através dos exemplos.<sup>49</sup>

Assim, surgido como um espaço que devia propiciar o progresso e esclarecimento da população para o seu desenvolvimento, o *Parthenon Litterario* instituiu atividades de sociabilidade e discussão para seus sócios e familiares. Os saraus, além de serem momentos de demonstração das habilidades femininas na música e na poesia, eram também percebidos como uma ocasião para o debate da educação das mulheres e inserção das mesmas na vida pública. Essas atividades artísticas tinham o objetivo educativo de desenvolver a disciplina e postura das mulheres, jovens e mães.<sup>50</sup> Os saraus já ocorriam há alguns meses quando, em dezembro de 1873, Luciana de Abreu – casada, mãe de dois filhos - proferiu um discurso no *Parthenon* em defesa da educação feminina:

Minhas senhoras, nós temos sido vítimas dos prejuízos das preocupações do século; nós temos sido *olhadas como seres à parte na grande obra da regeneração social*, quando sem nós impossível seria à humanidade aperfeiçoar-se e progredir; porque *nós somos mães* e o primeiro e mais íntimo vago da infância do homem recebemo-lo nós em nosso seio, dispensando-lhe os cuidados que são a nossa vigília, as nossas lágrimas, as nossas dores e alegrias, o nosso amor enfim. [...] *o que venho aqui em vosso nome altamente reclamar é, de parceria com a educação, a instrução superior comum a ambos os sexos; é a liberdade de esclarecermos, de exercer as profissões a que nossas aptidões nos*

<sup>49</sup> SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. “Mulheres e vida pública em Porto Alegre no século XIX”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(1), 2016a, p. 239-260. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n1/1805-9584-ref-24-01-00239.pdf>. Acessado em 04 de fevereiro de 2020. \_\_\_\_\_. *Sociedade Partenon Literário: Literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2016b.

<sup>50</sup> SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. “Mulheres e vida pública em Porto Alegre no século XIX”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(1), 2016a, p. 239-260, p. 241

*levarem.*<sup>51</sup>

A professora também chamou a atenção para os preconceitos de gênero e o controle ao qual o sexo feminino era submetido, afirmando:

Nós temos sido caluniadas, dizendo-se que *somos incapazes dos grandes cometimentos, que somos de inteligência fraca, de perspicácia mesquinha; e que não demos passar de seres caseiros, de meros instrumentos do prazer e das conveniências do homem;* quando o nosso ensino tem preparado os mais perfeitos heróis da humanidade; [...] Entretanto, na apreciação da virtude das mulheres, põe-se em relevo a injustiça dos homens.<sup>52</sup>

Ao mesmo tempo em que fazia uma crítica social à maneira como as mulheres eram tratadas e de relatar as demandas que recaíam sobre o sexo feminino, Luciana de Abreu expunha o fato de ser negado ao sexo feminino as condições materiais, políticas e morais para o seu desenvolvimento intelectual, lançando assim vários questionamentos:

[...] Querirão que sejamos instruídas e sábias, fechando-nos as academias, os pórticos dos templos da ciência? Querirão que sejamos todas imaculadas, quando a mocidade masculina se perverte impunemente logo nos primeiros anos, desde que abandonando o seio de suas mães, vai para o domínio dos pais? *Querirão de nós os grandes cometimentos, as empresas arrojadas, quando se incumbem de pensar por nós e vedam-nos todos os meios, quer materiais, quer políticos ou morais.*

O diferencial da participação de Luciana de Abreu nas atividades do *Parthenon* se encontra no conteúdo crítico do seu discurso, conforme destacado acima, bem como no fato de reivindicar liberdade de instrução e trabalho para as mulheres. Através do reconhecimento que havia adquirido na sociedade porto-alegrense, ela chamava a atenção para a necessidade urgente de debater determinados temas políticos que diziam respeito ao futuro do país, como haviam feito ou estavam fazendo outras professoras primárias e escritoras em diferentes lugares do Brasil do século XIX.<sup>53</sup> Assumir um novo lugar de fala, ocupando determinados espaços e tomando como tema de seus discursos assuntos tidos como preferencialmente masculinos, a professora contestava publicamente determinadas obrigações e papéis femininos, demandando ao mesmo tempo reconhecimento e direitos.

---

<sup>51</sup> ABREU, Luciana de. Preleções. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 12, dez., 1873, p. 535-539, p. 536-538. Esse discurso foi também analisado por Cássia Silveira (Ibid, 2016a, p. 248).

<sup>52</sup> Ibid, 1873, p. 536-538.

<sup>53</sup> TELLES, Norma. "Escritoras, escritas, escrituras". In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 401-443.

Ela se colocava como representante de demandas e pautas femininas, mesmo que na sua retórica encontremos a defesa da ampliação desses direitos das mulheres tendo como base o papel que o olhar masculino as relegava - porque *nós somos mães*.

É provável que Luciana de Abreu mantivesse diálogo como uma rede de mulheres, de fora e de dentro do Rio Grande do Sul. A própria leitura da obra de Nísia Floresta<sup>54</sup>, que viveu em Porto Alegre na primeira metade do século XIX, é uma possibilidade que não pode ser descartada, uma vez que nela a autora discutia os direitos das mulheres, especialmente a educação superior. Nísia é apontada como responsável por trazer para o Brasil o debate das ideias feministas, especialmente aquelas que defendiam que as mulheres não ficassem presas às “prendas domésticas” e tivessem acesso a determinadas disciplinas ensinadas nos colégios masculinos.<sup>55</sup> Participando da vida pública como feminista e abolicionista, escritoras e professoras, como foi o caso de Luciana de Abreu, a emancipação das mulheres devia ocorrer através do acesso e pela sua inclusão na vida pública, e isso só seria possível com a ampliação e abertura de espaços educativos para as mulheres e o reconhecimento de que elas tinham as capacidades intelectuais necessárias para esse acúmulo de saberes.

Ao discursar em público, expondo suas ideias em relação ao sexo feminino, Luciana de Abreu se aproximava de outras mulheres - escritoras e professoras - que a antecederam. É provável que tenha lido as traduções de livros feministas e escritos de Nísia Floresta. Tais materiais defendiam a capacidade intelectual da mulher e sua independência econômica, como um caminho para que pudessem alcançar maior liberdade. Ambas as mulheres transgrediram os códigos de gênero da época em que viveram, defendendo direitos e a emancipação através da via educacional e da profissionalização.

No decorrer do oitocentos, de acordo com Michelle Perrot<sup>56</sup>, foi crescendo uma forte “consciência de gênero” favorecida pela exaltação das qualidades consideradas inatas,

---

<sup>54</sup> Na primeira metade do século XIX, Nísia Floresta, considerada a primeira feminista brasileira, começou a defender a capacitação intelectual das mulheres e o seu direito à educação em seus escritos. Depois de sair do Rio Grande do Norte, local onde nasceu, Nísia morou em diferentes capitais do Brasil e na Europa. Em 1832, ela publicou uma tradução livre do livro *A Vindication of Rigbts of Woman*, da autora inglesa Mary Wollstonecraft, sob o novo título *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. Nísia Floresta viveu no Rio Grande do Sul no ano de 1838, por conta disso é possível que a circulação dos seus escritos tenha sido significativa na província mais meridional do Brasil (Ibid, 2004. p. 401-442). SCHUMAER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000; FRANCO, Stella Scatena; PRADO, Maria Ligia. “Participação feminina no debate público brasileiro”. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 194-217.

<sup>55</sup> MORAES, Maria Lygia Quartin de. “Prefácio”. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *A reivindicação dos direitos das mulheres*. Edição comentada do clássico feminista. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 7-16, p. 16.

<sup>56</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 271-278.

como a de ser mãe. A própria modernidade e progresso do período colocava em debate a questão da força e do poder de ambos os sexos. Utilizando-se das funções e espaços atribuídos às mulheres, essas agiram no sentido de tencionar as normas sociais, elaborando “contrapoderes” que abriam novos campos e possibilidades para subverter proibições e papéis ligados ao gênero feminino.

Pensando a França do século XVIII, a busca por tratamento igualitário na questão educacional e direitos políticos foram algumas das reivindicações das mulheres. Essas se utilizaram de discussões públicas e da escrita de textos para questionar as percepções da sociedade sobre as “incapacidades” femininas para determinadas atividades e aprendizados. Para além do contexto europeu, tal debate irá ressoar, com mais ou menos intensidade, em diferentes locais da América. No extremo sul do Brasil, Luciana de Abreu aparece como uma das mulheres que ganhou maior visibilidade ao se colocar publicamente como uma das defensoras da educação feminina. Ela foi considerada “a primeira mulher no Brasil que subiu à tribuna de conferências públicas, para falar de assuntos sociais”, título esse conferido pelos integrantes do *Parthenon Literário*.<sup>57</sup>

Existia um contexto propício, uma demanda sociocultural, que vislumbrou como positivo o discurso da professora primária. No início dos anos 70 do século XIX, na *Revista da sociedade* eram publicadas biografias de mulheres instruídas que se dedicavam à educação no Rio Grande do Sul, como as escritas pelo médico José Antônio do Valle Caldre e Fião, o qual iria escrever sobre a trajetória de Luciana de Abreu.

Em crônica da *Revista do Parthenon Literário*, Caldre e Fião destacou o fato do discurso da professora ter causado certa repercussão entre a população porto-alegrense. O mesmo, como presidente honorário da Sociedade, presidiu a sessão no momento em que Luciana de Abreu proferiu o seu discurso, não tendo ele tirado “os olhos da tribuna, através dos seus óculos escuros, encantado de ouvi-la”.<sup>58</sup> O tema da “educação da mãe de família” era algo que despertava interesse dos membros do *Parthenon* já há algum tempo,

---

<sup>57</sup> TEIXEIRA, Múcio. *Os Gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921, p. 187. Nesse sentido, é necessário compreender esta curta trajetória da professora Luciana de Abreu sem anacronismos, mas vê-la e entende-la como uma mulher integrante de um contexto em que a defesa de determinadas pautas reivindicatórias – entre elas o abolicionismo –, conheceu o ingresso na esfera pública de mulheres militantes. Trata-se de experiências femininas que não se enquadram com muita adequação nas *três ondas feministas*, já que são anteriores, mesmo que dialogue, com as reivindicações sufragistas. (Ver: MIRANDA, Anadir dos Reis. *Proto-feministas na Inglaterra setecentistas*. Mary Wollstonecraft, Mary Hays e Mary Robinson. Sociabilidade, subjetividade e escrita de mulheres. Tese (Doutorado em História) – Curitiba, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2017; PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*. São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005, p. 77-98; SOIHET, Rachel. Violência Simbólica. Saberes Masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

<sup>58</sup> PORTO ALEGRE, Achylles. *À sombra das árvores*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1923, p. 12.

motivo pelo qual, conforme afirma Caldre e Fião,<sup>59</sup> “lembramos de levar à tribuna uma das *nossas inteligentes moças*: os nossos olhares dirigiram-se naturalmente sobre a professora da aula pública do 3º distrito da capital, D. Luciana”. Essa assumiu a “responsabilidade de representante da mulher rio-grandense”, bem como da “mulher brasileira”. Segue afirmando que a “palavra de jovem inteligente e ilustrada, de mãe e preceptora (...), e esse discurso, e os dotes de oradora que patenteou ao numeroso e escolhido auditório que a ouviu, foi um verdadeiro acontecimento, esplendido triunfo”. A “voz fluente, clara, incisiva” de Luciana Abreu caiu “sobre a multidão, uma corrente elétrica de admiração e de respeito profundo atravessava todos os corações, mesmo dos céticos”.

O médico se mostrou encantado em relação ao desempenho da jovem “ilustrada”, que com seus “dotes de oradora” conquistou a todos que a ouviram, inclusive aqueles que tinham se oposto a proposta de permitir que a mesma subisse à tribuna para falar da “necessidade da educação da mulher e do carácter que ela deve assumir para melhorar nossos costumes”. Chamou também a atenção para o impacto positivo que teve na cidade de Porto Alegre o discurso da “jovem talentosa”, ressaltando, ainda, que um dos objetivos de tal iniciativa era o de “animar as vocações; levar ao estudo sério muitas de nossas jovens que podem ainda fazer carreira nas letras, nas ciências ou nas artes”. O exemplo de Luciana de Abreu deveria funcionar como um estímulo para “às dignas filhas desta terra que ainda o pejo ou preocupações retém nos cárceres sombrios do lar pouco ilustrado da família”.

Para além das palavras da professora em defesa da educação feminina, era sua conduta o de não recusar os papéis reservados às mulheres no espaço privado, especialmente o de ser esposa, mãe e educadora dos filhos, que devia inspirar as famílias na instrução das suas jovens. A presença de Luciana de Abreu na esfera pública, âmbito esse entendido como espaço de fala masculina, deve ser percebido como uma conquista que indica para as modificações quanto a posição dos sexos e novas relações entre o âmbito público e privado. Esse último foi “revalorizado” e, juntamente como ele, a importância de que nele as mulheres pudessem se dedicar a desenvolver também suas qualidades.<sup>60</sup> Nossa personagem, como as mulheres da sua época, tinha sua identidade de gênero marcada por habilidades e ocupações definidos acima. A “superioridade moral” da mulher vinha da maternidade, fundante de um valor coletivo. Junto com a valorização dos aspectos que caracterizam os papéis femininos, o direito a educação e a profissionalização

---

<sup>59</sup> CALDRE E FIÃO, José Antônio do Valle. Luciana T. de Abreu. *Revista do Parthenonn Litterario*. Porto Alegre, nº 5, 1874, p. 72-73, p. 74

<sup>60</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005, p. 460, 465.

como educadoras surge como um caminho que auxilia as mulheres a se educar e manter a sua identidade de gênero.<sup>61</sup>

Por meio da biografia de Luciana de Abreu na Revista, Caldre e Fião buscava destacar o papel do Parthenon Literário em promover o processo da sociedade gaúcha através do acesso às letras e às ciências por parte das mulheres. É por esse motivo que Luciana de Abreu foi exaltada como “um belo tipo de mulher rio-grandense”.<sup>62</sup> Ela devia ser tomada como exemplo vivo de esforço e dedicação aos estudos. Desse modo, através do que foi apresentado, é possível pensar sobre o envolvimento dos membros do Parthenon e da própria Luciana de Abreu na redefinição dos espaços de atuação das mulheres e na construção social dos papéis femininos no Brasil da segunda metade do século XIX.

O Parthenon se coloca como local onde os anseios femininos poderiam ser reivindicados, como espaço de defesa da emancipação das mulheres. Porém, nem todos os membros da Sociedade concordam com o destaque que Caldre e Fião estava dando à jovem professora. Ele foi criticado por defender a liberdade “absoluta” das mulheres”. Os novos papéis que o sexo feminino viesse a assumir não poderiam prejudicar as obrigações existentes dentro da estrutura patriarcal do qual faziam parte, devendo ela, portanto, reconhecer seus deveres enquanto filhas, esposas e mães.

Se o reconhecimento e respeito eram aspectos compartilhados entre os membros do Parthenon, o mesmo não ocorria no que se refere à questão da educação feminina. A defesa de Caldre e Fião ao ensino feminino era um posicionamento já bastante conhecido na sociedade porto-alegrense. Havia se passado vinte anos desde o momento em que tinha ele proposto para Assembleia Provincial a “educação da mulher pelo trabalho”. Logo, destaca sentir o “prazer benemérito do triunfo sobre esses ignorantes que nos entravaram os passos do progresso” ao poder ver que uma menina, “desvalida, e sem nome, subiu pelo trabalho e pelo estudo os primeiros degraus do alcançar das letras e visa entrar como a fronte levantada no templo”. Mesmo defendendo a “vocação” do sexo feminino para as ciências, artes e indústria, Caldre e Fião reforçava também que “A mulher educada e convenientemente ilustrada é a que melhor preenche os deveres de sua sagrada e tríplice missão de filha, esposa e mãe”.<sup>63</sup> Os papéis ocupados pelas mulheres na família, a dedicação à educação dos filhos e suas obrigações dentro de uma sociedade patriarcal continuavam a ser defendidos, apesar da instrução e profissionalização que viriam a receber.

---

<sup>61</sup> ROSSI-DORIA, Anna. *Dare forma al silenzio*. Scritti di storia politica delle donne. Roma: Viella, 2007, p. 119-124.

<sup>62</sup> Expressão extraída de crônica sobre Luciana de Abreu (PORTO ALEGRE, 1923, p. 13).

<sup>63</sup> Op. Cit., 1874, p. 71, 75.

Nesse sentido, a menina que havia sido deixada na Roda dos Expostos da Santa Casa de Porto Alegre tinha alcançado reconhecimento público, através do seu esforço e dedicação aos estudos, era exaltada como um modelo de conduta feminina a ser seguido. Por trás do entusiasmo de Caldre e Fião em relação à professora se encontrava o fato de ela representar o quanto determinadas ideias e projetos defendidos já há muito tempo poderiam promover o progresso da província. Ao analisar os escritos do médico, Silveira afirma que o sucesso das escolhas de Luciana de Abreu era a própria consagração daquele “enquanto político e estudioso da economia do país”.<sup>64</sup> Para além do uso que irá fazer da trajetória da professora, é certo que a jovem “desvalida” e órfã havia alcançado certa admiração e respeito na Porto Alegre da segunda metade do oitocentos, motivo pelo qual era reconhecida pelo qualificativo “Dona”. Segundo Silveira,<sup>65</sup> no espaço dos Saraus realizados pelo Parthenon, Luciana de Abreu se apropriou de “uma conjuntura favorável à discussão sobre a educação feminina”, o que lhe permitiu se inserir na vida pública e defender suas ideias. A professora procurou ocupar “as brechas” que se abriram dentro da sociedade para o debate sobre certos temas. Certamente, ao fazer isso, estava procurando reforçar e alcançar certa visibilidade e reconhecimento.

Destinado às mulheres que participavam do sarau, o discurso de Luciana de Abreu se apresentava sintonizado com as ideias expressadas por Caldre e Fião, que chamava a atenção para o fato de não ser negado ao sexo feminino à instrução e acesso às ciências. Ela não deixa de destacar a importância das mulheres como mães no cuidado dos filhos e nem de reforçar a estrutura patriarcal que colocava as filhas e esposas sob a dependência dos pais e maridos, porém, reivindicava o direito à educação superior a ambos os sexos, bem como a liberdade feminina de poder escolher uma profissão de acordo com suas aptidões. Sobre as atividades laborais femininas, Gianna Pomata<sup>66</sup> afirma que elas devem ser entendidas através da questão de fronteira, entre os espaços privados e públicos, entre legítimos e ilegítimos, e entre identidade em relação a determinados trabalhos em evolução. Essa questão da fronteira é algo que se pode perceber em relação a própria atuação das mulheres.

Além disso, não se pode entender o espaço que Luciana de Abreu conseguiu no Parthenon sem levar em consideração a trajetória da mesma, especialmente a visibilidade de conquistou através das redes de proteção e apoio entre determinadas famílias da

---

<sup>64</sup> Op. Cit., 2016b, p. 171.

<sup>65</sup> Op. Cit., 2016a, p. 149

<sup>66</sup> POMATA, Gianna. “La storia delle donne: una questione di confine”1. In: DE LUNA, Giovanni; ORTOLEVA, Peppino; REVELLI, Marco; TRANFAGLIA, Nicola (a cura di). *Il mondo contemporâneo*. Vol. 10. Fidenza: La nuova Italia, 1983, p. 1434-1464.

sociedade porto-alegrense. Depois de passados dois anos do seu primeiro pronunciamento aos homens e mulheres que frequentavam as atividades da sociedade literária, em 1875, a professora, em nova fala, coloca-se como “filha do Parthenon Literário”. Também afirmou que a Tribuna havia acolhido “uma mulher tão fraca e obscura quanto o pode ser aquele que não tem um apelido doutora ao sol de cem batalhas, nem distinto nas lutas da inteligência (...)”. Para Luciana de Abreu o “Partenon não desdenhou a sua fraqueza, nem sorriu ao ver a sua ousadia; abriu-lhe, de par em par, as portas de seu santuário como as do seu coração, confiou-lhe o que tinha de mais precioso – a sua tribuna – e prestou-lhe todo o apoio que essa ideia exigia”.<sup>67</sup> Apesar de reivindicar direitos para as mulheres e estar sintonizadas com os discursos de outras educadoras do período, a professora não questiona certas hierarquias de poder da sociedade, pelo contrário, ela também as reforça e reproduz. De acordo alguns autores, as experiências da mesma na tribuna do Parthenon ajudam a refletir sobre o “discurso político possível” para os “dominados” e as brechas e limites que atores sociais marginais conseguiram ocupar para expor suas ideias em contexto marcado pelo embate de projetos políticos individuais e coletivos.<sup>68</sup> No entanto, é importante, ao se buscar apreender as vozes femininas na reivindicação de direito à educação e à profissionalização, analisar quem são essas mulheres, qual sua condição social, raça, cor e que posição ocupam nas suas redes de relações, mas que isso que avaliação faziam da trajetória e escolhas particulares da órfã/professora. Também é necessário questionar os desejos, projetos individuais e coletivos, bem como os usos políticos de determinados discursos e experiências, como os de Luciana de Abreu, tanto por ela mesma quanto por membros do Parthenon Literário, a exemplo do Caldre e Fião.

### “A jovem professora pública”

Na década de 70 do século XIX, o tema da instrução das mulheres no Brasil é destacado como um dos assuntos mais importantes daquele momento. Sob o título “Discurso de uma senhora”, o Jornal *O Globo*, em edição de 02.02.1876, divulgava na íntegra a fala proferida por Luciana de Abreu no *Parthenon Litterario*, de dezembro de 1873. Além de indicar que o discurso havia tido grande repercussão no Rio Grande do Sul, a reportagem aponta para a atualidade e relevância do pronunciamento. Ressalta ainda que o tema “A Educação da Mulher” se fazia presente em artigos escritos por “distintas

---

<sup>67</sup> ABREU, Luciana de. Discurso na 7ª sessão aniversária do Parthenon Litterario. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 6, p. 231-234, jun. 1875, p. 231.

<sup>68</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; SILVEIRA, 2016b, p. 36; 2016a, p. 258.

mulheres paulistas”, indicando também que a discussão estava presente na imprensa de outras capitais brasileiras, como São Paulo.<sup>69</sup>

Em fevereiro de 1874, dois meses após a admissão de Luciana de Abreu no Parthenon, era anunciado em jornal que circulava na corte do Império brasileiro, que em saraus literários eram discutidas “teses palpitantes de interesse e da atualidade”, e diziam respeito “a posição que compete à mulher”. Sobre esse assunto, aponta que a participação de uma “jovem professora, D. Luciana de Abreu”, vem alcançando sucesso por conta do seu “triumfo oratório”, sendo aclamada por parte das senhoras porto-alegrenses e membros da associação literária.<sup>70</sup> A discussão do tema ligado à educação feminina é algo presente em diferentes locais do Brasil naquele momento, sendo um dos motivos pelo qual o discurso de Luciana repercutiu na imprensa nacional durante algum tempo.

Como vimos anteriormente, Luciana de Abreu, já casada e mãe de uma menina, entrou para a Escola Normal da Província, onde obteve o diploma de professora, em 1872. Logo após a conclusão do curso, fez concurso para assumir uma “cadeira pública”, porém, não foi aprovada, e, apenas no ano seguinte, em 1873, foi promovida à professora da 2ª cadeira pública no 3º distrito da capital. Em dezembro desse mesmo ano, após ser admitida no Parthenon Litterario, a jovem professora proferiu na tribuna da associação um discurso em defesa da educação feminina. É certo que a participação de Luciana de Abreu nestas atividades impactou positivamente na trajetória profissional dela. A jovem professora não era apenas alguém que defendia o ensino para as meninas, mas um exemplo do quão benéfico poderia ser o saber ler, escrever e obter uma formação, especialmente para órfãs e abandonadas, como seu caso. O ensino das letras e dos serviços domésticos para as moças que haviam sido acolhidos em espaços de assistência era percebido por ordens religiosas no século XIX como uma maneira de evitar a “contaminação dos vícios”, bem como um correto “bom caminho” para as jovens sem trabalho.<sup>71</sup> A possibilidade de inserção em um ambiente masculino de discussão garantiu que a jovem professora conquistasse reconhecimento e respeito. Se, em 1873, Luciana de Abreu possuía uma turma de 25 alunas, posteriormente, o número de iria aumentar significativamente, conforme veremos na sequência.

No Relatório apresentado pelo Diretor Geral da Instrução Pública Frederico Bier,

---

<sup>69</sup> “Discurso de uma senhora”, *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1876, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 02 de junho de 2020.

<sup>70</sup> “Lê-se no Rio-Grandense”, *A Nação – Jornal Político e Comercial*, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1874, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 02 de junho de 2020.

<sup>71</sup> LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Anti prendas*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1987, p. 445.

em 12 de abril de 1879, consta um “Quadro relativo ao movimento da matrícula e frequência das aulas de ambos os sexos da capital nos meses de dezembro de 1878 a abril de 1879”.<sup>72</sup> São indicadas 5 aulas no primeiro distrito da capital, sendo uma delas voltada para educação apenas de meninas, ministrada pela professora Luciana Maria de Abreu. Nessa aula, localizada na Rua do Riachuelo, centro de Porto Alegre, o número de alunas matriculadas era de 123. Das 26 aulas listadas que ocorriam nos 1º, 2º e 3º distritos da capital da província, a ministrada por Luciana era a segunda com o maior número de matrículas, perdendo por pouca diferença da que era ministrada pela professora Maria Batista da Silva Couto, na Praça do Portão (local onde Luciana morou com a sua criadeira Justina), com 124 alunas.

Em 1880, João Luiz Gomes de Abreu registrava junto ao juizado de órfãos, que falecera a “sua senhora D. Luciana Maria de Abreu”, deixando dois filhos menores: Maria Pia de Abreu, com 12 anos de idade e Teófilo Luiz Gomes de Abreu, com 10 anos.<sup>73</sup> Assumindo as suas responsabilidades de viúvo, pai e inventariante, ele logo apresentou a autoridade uma relação dos bens do casal, que nos ajudam a compreender mais miudamente aquele domicílio familiar. O casal tinha três bens de raiz:

- uma casa em mau estado na rua Coronel Fernando Machado, nº 227, com porta e duas janelas, avaliada em 700 mil réis;
- uma meia água, na rua Duque de Caxias, nº 160, com uma porta e janela, avaliada em um conto de réis;
- um terreno no lugar denominado Tristeza, à margem do rio Guaíba, quadra S, nº 1474; avaliado em apenas 8 mil réis.

O último bem listado acima é de um terreno na zona sul de Porto Alegre, bastante afastada do centro da capital. As duas casas listadas se encontravam localizadas no centro da capital, perto da escola em que trabalhava a professora Luciana. São imóveis simples, sem ostentação e que marcam um pertencimento social intermediário ou remediado. É

---

<sup>72</sup> AHRs - Fala dirigida a Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. Felisberto Pereira da Silva na 1ª Sessão da 18ª Legislatura. Porto Alegre, Tipografia do Jornal do Comércio, 1879.

<sup>73</sup> Maria nasceu em 11.09.1868 e foi batizada em 23.05.1869 na Igreja do Rosário, sendo amadrinhada por Nossa Senhora da Conceição e apadrinhada por Gaspar Pereira Viana. A presença de Gaspar significa a permanência dos laços dele com Luciana depois de mais de 20 anos do batismo daquela enjeitada. Por outro lado, a primeira filha de Luciana ser colocada sob a proteção de Nossa Senhora da Conceição parece uma memória da mãe ao seu nascimento como exposta. Lembremos que ela foi batizada na Capela do Senhor dos Passos com o sobrenome Conceição (APERS – Juízo de Órfãos de Porto Alegre, Inventário nº 60, maço 4; 1881; AHCPA - Livro de Batismos de Livres da Paróquia de Nossa senhora do Rosário, folha 31v).

provável que alguns móveis e imóveis fossem restos de heranças familiares (como a casa na Fernando Machado), destacando-se um sofá e cadeiras de jacarandá, cômoda e mesa de jantar de cedro, um relógio americano, 11 colheres de metal branco para sopa, 6 colheres de prata para chá, uma caneta de ouro, uma bomba de prata e uma cruz de ouro. Os móveis da casa não indicam distinção social, apesar de alguns objetos mencionados terem essa função, como o relógio e os outros itens de ouro e prata. Ressalta-se aqui a caneta de ouro e o relógio como itens que demarcavam uma posição, imagem e pertencimento a um grupo onde determinados bens e saberes passavam a ganhar cada vez mais importância, uma vez que eram símbolos de progresso e liberdade.

Descapitalizado, mas bem relacionado, o viúvo conseguiu um empréstimo de 200 mil réis, feito pelo Tenente Coronel João Pinto da Fonseca Guimarães, para acorrer as despesas do funeral de sua esposa. Mostrando também como aquele casal gozava de boas relações sociais, constam também anexos ao inventário, comprovantes de publicações de anúncios em periódicos locais, “de agradecimento e convite de missas”. Essas publicações evidenciam que o viúvo tinha noção da importância que possuía sua falecida esposa, sendo as notas publicadas apenas em dois jornais, no *Jornal do Comércio*<sup>74</sup> e na *Reforma*, indicando uma certa proximidade com o Partido Liberal.

Mesmo que as casas acima precisassem de reformas, não estamos apresentando este núcleo familiar como integrantes dos setores populares. Talvez tenha havido algum empobrecimento geracional, mas o patrimônio imobiliário, acrescido de escravizados, mostra como a família Abreu se mantinha entre os remediados locais. O inventário traz um casal escravizados ligados a família, ambos crioulos.<sup>75</sup> É de supor que o pedreiro Roberto fosse alugado pelo casal Abreu para terceiros, ganhando assim uma renda mensal extra para a subsistência familiar.<sup>76</sup> Já Rosina deveria cuidar da casa de moradia do casal e provavelmente dos filhos de Luciana, permitindo que ela saísse e fosse ministrar as suas aulas. Configura-se um arranjo racializado, com uma jovem trabalhadora negra, ela mesma também mãe, permitindo que aquela professora exercesse seus direitos de laborar fora do espaço doméstico e de frequentar espaços onde defendesse a ampliação dos direitos e

---

<sup>74</sup> Em 1883, o *Jornal do Comércio* passará a ser dirigido por Aquiles Porto Alegre, tornando-se uma espécie de porta-voz do Centro Abolicionista provincial.

<sup>75</sup> APERS - 3º Tabelionato de Porto Alegre, livro 5, folha 28r, 13/01/83.

<sup>76</sup> O monte-mor patrimonial dos Abreu somou 4:369\$560 réis, sendo cerca de 27% desta soma imobilizada nos dois trabalhadores escravizados, Roberto e Rosina. As despesas do funeral somaram 844\$949 réis, mais um elemento da cenografia ligada ao prestígio social da defunta e de sua família. O monte-mor patrimonial dos Abreu somou 4:369\$560 réis, sendo cerca de 27% desta soma imobilizada nos dois trabalhadores escravizados, Roberto e Rosina. As despesas do funeral somaram 844\$949 réis, mais um elemento da cenografia ligada ao prestígio social da defunta e de sua família

espaços das mulheres, principalmente as brancas.<sup>77</sup>

Frustrou-nos que na lista de bens da casa do casal não aparecessem livros, pois pensávamos adentrar nas leituras e no universo intelectual da professora Luciana e da família Abreu. Entretanto, chamamos a atenção de que ela certamente usava a biblioteca do Parthenon Literário e da Biblioteca Pública provincial (criada em 1871 e que se localizava próxima a residência do casal, no prédio do Liceu Dom Afonso, na esquina das ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano). Além disso, como ela morreu de tuberculose, talvez tenha tido tempo de, ao definhar lentamente, distribuir os (poucos) livros que devia possuir entre alunas e amigas.<sup>78</sup>

É necessário destacar que, na margem do registro manuscrito de óbito de Luciana de Abreu, realizado em 14 de junho de 1880, encontra-se a seguinte anotação - *Luciana Maria de Abreu, branca*. Assim anotava-se o óbito daquela *Dona Luciana*, que morria sendo comunitariamente considerada como *branca*, uma outra insígnia de prestígio naquela racializada sociedade escravista. Ela tinha 32 anos de idade e falecia de tísica pulmonar, sendo encomendada pelo Monsenhor Veras e mais os Reverendíssimos Cônegos João de Campos e Silveira, Vicente Sebastião Wolffenbuttel e Reverendo Caetano Papaleo.<sup>79</sup>

## Considerações finais

Dos biógrafos de Luciana de Abreu, curiosamente apenas Múcio Teixeira, que a teria conhecido bem, inclusive frequentado assiduamente a sua casa, a descreve sem muita simpatia. Jornalista, poeta e romancista, também membro do *Parthenon Litterário*, Múcio, em seu pequeno verbete biográfico de Luciana, ataca o feminismo, que então emergia em vários países. Segundo ele:

A emancipação da mulher, que tanto preocupa os espíritos varonis do nosso tempo, não é assunto que possa ser tratado aqui, *nem mesmo com uma homenagem à memória de tão ilustre representante do sexo belo e fraco*; (...) assim, ocupada no desempenho de tão nobre missão (de professora), deixava as outras a ingloria e malograda

---

<sup>77</sup> Sobre as críticas formuladas pelas feministas negras, ver: hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210; e BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Estudos Feministas*. Volume 3, nº 2, 1995.

<sup>78</sup> Livros, roupas, imagens de santos e retratos são itens perfeitos como “objetos de afeto”, trocados entre pessoas de um mesmo grupo de afinidade (GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996; NERY, Olivia Silva. Objeto, memória e afeto: uma reflexão. *Revista Memória em Rede*. Pelotas, v.10, n.17, Jul./Dez.2017, p. 144-161).

<sup>79</sup> AHCMPPA- Livro de óbitos de Livres da Paróquia da Madre de Deus (1880/1883), nº 13, folha 10.

tentativa de organizar esses congressos feministas em que tanto se destacam as mulheres inglesas.<sup>80</sup>

O jornalista se irritava com o fato de as mulheres holandesas terem conseguido, em 1919, modificar a Constituição de seu país e adquirido o direito de votar. Para Múcio Teixeira, “Luciana de Abreu nunca pensou nisso, contentando-se com pensar em coisas mais de harmonia com o seu tempo e a nossa época”.<sup>81</sup> No entanto, é preciso destacar que a crítica foi levantada por ele depois de passadas algumas décadas de ter a jovem professora subido à tribuna para defender o direito a educação das mulheres. Ela estava ligada ao fato de não ter Luciana manifestado apoio ao voto feminino, era uma maneira de diminuir a importância de seu discurso feito no passado, bem como atacar a memória positiva sobre a relevância dela na luta pelo direito das mulheres à emancipação pela educação. O nome da jovem professora ganhou a imprensa nacional também por ter sido a primeira mulher a discursar em público em Porto Alegre.

O protagonismo de Luciana de Abreu seria lembrado através de festividades e atividades culturais. Em 1947, foram organizadas comemorações ao centenário de seu nascimento e do 80º aniversário do Parthenon Literário.<sup>82</sup> A Secretaria Estadual de Educação já havia batizado um grupo escolar com o nome da homenageada, hoje chamada de Escola Estadual Luciana de Abreu, localizada no bairro Santana, em Porto Alegre. A comissão dos festejos era formada, entre outros nomes, pelo historiador Dante de Laytano, pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia Arquimedes Fortini e pela professora Dona Doroteia Chaves, diretora do Grupo Escolar Luciana de Abreu. As comemorações incluíram uma missa na Capela Senhor dos Passos, a inauguração da enfermaria Luciana de Abreu (instalada no Serviço de Assistência Infantil Olinto de Oliveira, da Santa Casa de Misericórdia), a distribuição de enxovais aos recém-nascidos e uma exposição no Museu do Estado da *Roda dos Expostos* da Santa Casa de Misericórdia.

Segundo Dante de Laytano, Luciana de Abreu foi “pioneira e ao mesmo tempo conservadora, reformista e conciliadora”.<sup>83</sup> Ela desempenhou o papel de “vencer sem escandalizar e transformar sem agitar uma pequena cidade de Província”, usando apenas “seu prestígio pessoal como educadora honesta e mãe cumpridora de seus deveres, colocou-se num ponto de vista verdadeiramente avançado”. Sua personalidade se impunha e “se igualava” aos seus próprios contemporâneos. Assim, através da maneira como

---

<sup>80</sup> Op. Cit., 1921, p. 188.

<sup>81</sup> Op. Cit. 1921, p. 188.

<sup>82</sup> LAYTANO, Dante de. Prefácio, estudo e coletânea. In: ABREU, Luciana de. *Preleções*. Porto Alegre: Ed. Do Museu Julio de Castilhos, 1949.

<sup>83</sup> *Ibid.*, 1949, p. 37.

Luciana de Abreu foi descrita, somada à análise realizada no presente artigo, entendemos que a ideia de “jogos de gênero” permite perceber melhor o modo “reformista” e “conservador” apresentado acima. O discurso da jovem no *Parthenon Litterario* aponta para os recursos de atuação, bem como consciência dela quanto aos limites possíveis em relação ao seu próprio campo de ação. De acordo com Luc Capdevila, “jogos de gênero” são as estratégias de ação fundadas em modelos de comportamento que são socialmente aceitos numa determinada sociedade.<sup>84</sup> Luciana de Abreu procurou “jogar” com as expectativas sociais em relação ao que podia ser uma demanda feminina. Por meio do seu discurso, ela defendeu publicamente, colocando-se como representante de uma reivindicação coletiva. Ao falar do direito à educação feminina, a professora chamava atenção para outra questão, o da visibilidade das que haviam adentrado no mundo das letras como educadoras e escritoras.

O debate sobre a defesa do ensino para as mulheres não era uma novidade quando Luciana discursou, pois o tema já estava na pauta de outras mulheres pelo Brasil. Mas é inegável que, na segunda metade do século XIX, as agregações literárias e a imprensa passaram a dar mais destaque ao assunto. A repercussão do discurso da jovem professora entre os próprios membros da sociedade literária não pode ser entendida sem levar em conta a origem, trajetória, sua condição social, cor e grupo de relações, bem e posição alcançada por Luciana de Abreu, que de órfã e exposta, adquiriu instrução, casou-se e tornou-se mãe. Ela representava o que alguns membros do grupo, como Caldre e Fião, pensavam sobre o espaço que devia ser ocupado pelas mulheres na sociedade sul-riograndense. Em relação às moças órfãs e expostas, o esperado era que recebessem certa preparação, aprendessem a realizar determinados trabalhos domésticos, se casassem e pudessem adquirir uma profissão. Luciana de Abreu era um exemplo nesse sentido. Através da sua trajetória é possível perceber como o caminho da educação feminina e profissionalização como educadora se tornou uma via de acesso que garantia maior autonomia, liberdade, visibilidade, reconhecimento, aparecendo também como uma possibilidade para reivindicar alguns direitos.

Passados dois anos do seu primeiro discurso, na busca de continuar sensibilizando os ouvintes, a professora ressaltou que a “mulher educada e convenientemente ilustrada é a que melhor preenche os deveres da sagrada e tríplice missão de filha, esposa e mãe”. Além disso, ela se colocava como “filha do Parthenon Literário”, afirmando desejar “ver a mulher na altura sublime a que a destinou a Providência”, e considerando a agremiação a

---

<sup>84</sup> CAPDEVILA, Luc. “Résistance civile et jeux de genre. France-Allemagne-Bolivie-Argentine. Deuxième Guerre mondiale - années 1970-1980. *Annales de Bretagne et de Pays de l’Ouest*, Tomo 108, n. 2, 2001, p. 103-128.

mais denota campeã “santa cruzada o futuro”.<sup>85</sup> A professora se colocava como defensora da instrução feminina, dos direitos e da emancipação das mulheres, também defendia a importância do cumprimento de determinados papéis sociais, como o de filhas e mães. Sobre essas, reforçava a tutela e proteção masculina. Assim, podemos entender a atuação de Luciana dentro de certos limites, um feminismo da metade final do século XIX, pois reivindicava publicamente direitos para as mulheres, tencionando, ao mesmo tempo, os discursos hegemônicos masculinos sobre os espaços de atuação femininos. O acesso a uma educação que visava a profissionalização como educadora permitiu às mulheres transitarem por determinados espaços e assumir posições que eram representadas como essencialmente masculinas. Ultrapassar as fronteiras entre a esfera privada e a pública, bem como colocar-se à frente de discussões sobre novos papéis, agência e limites possíveis da atuação feminina na sociedade do oitocentos.

Por meio da análise da trajetória da professora, que como recém-nascida havia sido abandonada na roda da Santa Casa, foi possível perceber a agência feminina, os “jogos de gênero”, as estratégias acionadas para garantir reconhecimento e aceitação social, o papel das redes relacionais, as escolhas que propiciaram a construção de prestígio e o sucesso profissional. Todos esses aspectos podem ser percebidos através de uma perspectiva que não olha apenas para Luciana de Abreu, mas para o seu grupo relacional, o qual pertencia e representava. Analisamos nesse artigo as experiências de vida de uma jovem mulher, que sobreviveu ao enfeitamento, constituiu-se enquanto ser humano pensante, produziu intelectualmente e, infelizmente, morreu prematuramente vítima da tuberculose. Era uma mulher socialmente branca, que individualmente e através de sua família, constituiu vínculos que a credenciaram a invadir espaços reservados a frequência masculina, seja nas ruas, seja nas esferas mais intelectualizadas. Foi possível perceber, através do percurso de Luciana de Abreu, como a via da educação se tornou um caminho de rompimento de fronteiras e inserção da mulher em espaços masculinos. O ensino e a profissionalização tirariam a exclusividade da maternidade e ao espaço doméstico, fazendo com que outros campos possíveis fossem aceitos como lugares de atuação e outros elementos passassem a fazer parte da identidade feminina.

### **Abreviaturas**

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

CHC-SCMPA - Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

---

<sup>85</sup> Op. Cit. 1875, p. 234.

HDBN - Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Recebido em 01 de abril de 2021

Aceito em 24 de maio de 2021